

## REQUERIMENTO

REQUERIMENTO à Mesa para que seja encaminhado ofício ao Consórcio Intermunicipal do Grande ABC solicitando que promova uma campanha educativa e orientativa em toda região sobre a proibição de uniões conjugais envolvendo menores de 16 anos, conforme determina a Lei Federal nº 13.811/2019, que alterou o artigo 1.520 do Código Civil.

Senhor Presidente

REQUEREMOS à Mesa, nos termos e formas regimentais, que seja encaminhado ofício ao Consórcio Intermunicipal do Grande ABC solicitando que promova uma campanha educativa e orientativa em toda região sobre a proibição de uniões conjugais envolvendo menores de 16 anos, conforme determina a Lei Federal nº 13.811/2019, que alterou o artigo 1.520 do Código Civil.

JUSTIFICAMOS a iniciativa tendo em vista os dados alarmantes do Censo 2022 do IBGE, que apontam 131 crianças de 10 a 14 anos em uniões conjugais nas cidades do Grande ABC. Apesar da queda em relação a censos anteriores, o número ainda revela uma preocupante permanência de práticas que atentam contra os direitos da criança e do adolescente.

Importante salientar que o casamento de menores de 16 anos é absolutamente proibido pela legislação brasileira, independentemente de circunstâncias como gravidez. Além disso, o artigo 217-A do Código Penal tipifica como crime a conjunção carnal ou qualquer ato libidinoso com menores de 14 anos.

O tema exige resposta coordenada e intermunicipal, visto que ultrapassa as fronteiras de um único município e envolve dimensões sociais, culturais e educacionais. É fundamental conscientizar famílias, escolas, líderes comunitários e religiosos sobre as consequências jurídicas, psicológicas e sociais desse tipo de união precoce.

Especialistas da área de psicologia infantil e familiar apontam que tais uniões interrompem o processo natural de desenvolvimento das crianças, privando-as de vivências essenciais da adolescência e, em muitos casos, reproduzindo ciclos de vulnerabilidade e desigualdade social.

Dessa forma, sugerimos que o Consórcio, por meio de sua Câmara Temática de Políticas Públicas para Mulheres, Crianças e Adolescentes, articule campanhas regionais de sensibilização junto às secretarias municipais de Educação, Assistência Social e Direitos Humanos, com materiais informativos, palestras e ações nas escolas e nos meios de comunicação locais.

Ciente da reconhecida atuação do Consórcio na defesa dos direitos humanos e na promoção de políticas públicas integradas, acreditamos que esta proposta poderá contribuir significativamente para a proteção integral da infância e o cumprimento da legislação vigente.

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 11 de novembro de 2025.

**Ver. Dr. Fabio Lopes**  
**VEREADOR**

